

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 879

- de 14 janeiro a 24 fevereiro

- Ford anuncia fechamento e joga 5000 trabalhadores na rua!

- Banco do Brasil, fecha agências com 5000 demissões!

- Tragédia em Manaus: mortes por falta de oxigênio nos hospitais!

LUTA JÁ PARA PÔR UM FIM NISSO!



**EUA: assalto ao Capitólio
aprofunda crise no coração do
imperialismo**

**LIBERDADE PARA OS
PRESOS
POLÍTICOS CHILENOS**



**DIÁLOGO E
AÇÃO PETISTA **

Sumário

Editorial

Luta já, para acabar toda asfixia! 3

Luta de classe 7

É o fundo do poço ou o poço não tem fundo? 8

Centrais sindicais reúnem-se com Arthur Lira! 9

Trabalhar em casa é conquista? 12

Ford: a lógica implacável do capital 14

Em Camaçari (BA): Nenhuma demissão! 17

“Reestruturação” e demissões no Banco do Brasil 19

Nacional 22

Vacina, um grande negócio 23

Sem teste, sem controle 27

Partido 30

PT, direita volver no Congresso! 31

Bolsonaro volta a mostrar os dentes 34

Diálogo e Ação Petista 38

Plenária Nacional reúne mais de 500 militantes 39

Fortaleza: oposição a Sarto! 44

Juventude 46

Confusão e incertezas no Enem 47

A juventude quer um futuro, não cadeia! 49

Vem aí a formação do verão 2021 da JR do PT 52

História 54

Rosa Luxemburgo 55

A luta contra a opressão da mulher 60

Internacional 62

UE e Reino Unido: acordo em meio à crise 63

Nova jornada de luta no Peru em 14 de janeiro! 66

Saiu a edição 106 da Revista A Verdade 68

Chile avança na luta pela Constituinte 70

“Agora é lei!”: direito ao aborto na Argentina 73

EUA: um acontecimento mundial 77

CAMPANHA FINANCEIRA 82



MEMÓRIA 84

ATENÇÃO
Para utilizar os recursos interativos da versão digital, você precisará instalar gratuitamente o programa Adobe Acrobat Reader através da loja de aplicativos do seu aparelho (Google Play ou App Store).

Luta já, para acabar toda asfixia!

Brasileiros morrendo por falta de ar, sem oxigênio, no coração da floresta amazônica! Assim começamos o ano. A dramática situação em Manaus, pela ação criminosa dos governos federal, estadual, Wilson Lima (PSC), e municipal, Arthur Virgílio (PSDB), por falta de oxigênio em hospitais, com capacidades esgotadas pela aceleração da contaminação, anunciada desde agosto e ignorada. Segundo o epidemiologista Jesem Orellana da Fiocruz, por pressão de Bolsonaro.

2021 já se anunciava difícil para as famílias trabalhadoras. Recrudescimento da pandemia, fim do auxílio emergencial, mísero salário mínimo, desemprego e o estouro do preço dos alimentos. E aí vem novas bombas.

A Ford anuncia o fechamento das plantas no país e a demissão de 5000 trabalhadores. O Banco do Brasil anuncia fechamento de agências e demissão de 5000 bancários.

Na maior crise do capitalismo, as multinacionais aproveitam a pandemia para suas reestruturações, fechando postos de trabalho para assegurar o lucro.

O plano do BB prepara a privatização para

**CADÊ A
OPOSIÇÃO
PARA FAZER
ISSO?**

beneficiar o capital especulativo.

Situação tão dura para a classe trabalhadora, ela deveria servir de alerta para as organizações que pretendem falar em seu nome: chega de omissão, chega de conciliação com as instituições e partidos que sustentam esta tragédia para sugar até a última gota de sangue dos trabalhadores!

Fazer comentários ácidos contra Bolsonaro e seu governo está fácil. Até Rodrigo Maia, que apoia sua política, faz.

O problema é organizar a luta. E cadê uma oposição para fazer isso?

E Bolsonaro avança. Ninguém pode fingir que não vê seus movimentos junto às polícias, que não ouve seus discursos e sua ameaça de que no Brasil em 2022 vai ser pior do que a invasão do Capitólio nos EUA, comandada por Trump.

Quem quer esperar 2022, verá. Mas os trabalhadores estarão dispostos a isso? Sem prever ritmos e prazos, no Brasil se acumulam os elementos, os mesmos que levaram às explosões, em diferentes níveis, no continente americano, incluindo as de 2020 nos EUA.

Nos EUA foram as explosões -dos negros, latinos, jovens e sindicalistas- a base da derrota de Trump, mas ao mesmo tempo, os anseios ali revelados esbarram no muro de outra ala imperialista representadas por Biden. No Brasil pode ser diferente, pois não?

Aqui, Partido dos Trabalhadores, com a maior implantação nacional e a maior bancada na Câmara Federal, e Central Única dos Trabalhadores, com o maior número de sindicato filiados, são os principais responsáveis para chamar e organizar a luta, único caminho para frear a tragédia e apear o capitão e sua tropa que a promovem.

Mas o PT - atrás de cargos das Mesas da Câmara e Senado, prisioneiro do jogo parlamentar, no mais reacionário Congresso - ao se enredar com MDB, DEM, PSD, PP, et cetera, joga água no moinho dos responsáveis pelo sofrimento do povo e desmonte da nação (ver pag.4). A CUT, ao entrar neste jogo, atrás de compromisso com Arthur Lira, candidato de Bolsonaro à presidência da Câmara, ou de Baleia, candidato de Maia, ao contrário de dar confiança, desarma e confunde sua base sindical que precisa de apoio para defender seus empregos e direitos (ver pag.6). Assim, onde vamos parar? O que sabemos é que as investidas do capital e a marcha de Bolsonaro não param; ao contrário, avançam.

É preciso dar oxigênio à luta e acabar com a asfixia do povo. Como fazer e o que fazer, é o que discutem os grupos de base do Diálogo e Ação Petista em reuniões chamadas pela plenária nacional de 20 de dezembro, da qual participaram 500 petistas do país. Participe, e organizemos a luta!

O TRABALHO 42 ANOS

A serviço da luta independente
da classe trabalhadora



**ASSINE O JORNAL
O TRABALHO**

R\$ 10/mês

O TRABALHO 

A large crowd of people, many wearing white shirts and face masks, walking along a street. The scene is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text 'Luta de classe' is centered in white. The background shows trees, utility poles, and a clear sky.

Luta de classe

É o fundo do poço ou o poço não tem fundo?

Condições de vida dos trabalhadores se deterioram ainda mais

As condições de vida dos trabalhadores não param de se deteriorar. Dados do Dieese do início de janeiro confirmam o brutal aumento nos preços dos alimentos: o óleo de soja dobrou de preço (103%), o arroz subiu 76%, o feijão 68% e por aí vai. O valor da cesta básica subiu cerca de 23% em 2020 nas capitais pesquisadas. Em São Paulo, o salário mínimo é consumido em 65% de seu valor só com a cesta básica..

O botijão de gás de cozinha subiu em média 8% no ano passado. E agora a Petrobrás reajustou em mais 5% o seu valor, além dos 6% de reajuste que já tinha sido aplicado em dezembro.

Essa alta do custo de vida em 2021 se dá com a vigência de um salário mínimo de R\$1.100,00. O valor do reajuste dado pelo governo Bolsonaro é inferior ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 2020 e muito abaixo da inflação na cesta básica no período. O resultado é que o poder de compra do salário mínimo sobre a cesta básica é o menor dos últimos 15 anos.

Desemprego e fim do auxílio emergencial

A situação é gravíssima. Mais de 14 milhões de desempregados no terceiro trimestre de 2020 (IBGE), ao mesmo tempo que chega ao fim o auxílio emergencial, que terá suas últimas parcelas de R\$300,00 pagas até 27 de janeiro.

Sem esse auxílio financeiro, mais 3,4 milhões de brasileiros podem cair na pobreza extrema, estima o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Esse é o preço que milhões de brasileiros pagam pela crise do sistema capitalista mundial, acelerada pela pandemia, e sua gestão pelo governo Bolsonaro em nosso país.

Cristiano Junta

Centrais sindicais reúnem-se com Arthur Lira!

O que teria a oferecer o candidato de Bolsonaro a presidir a Câmara?

As centrais sindicais, diante dos ataques que sofre a classe trabalhadora, deveriam ter como eixo ajudar os sindicatos a organizar a luta a partir dos locais de trabalho para barrar as demissões, defender os salários e direitos, rompendo, para tanto, com o paralisante “fique em casa” dado que o grosso da classe está no batente presencial. Mas a cúpula de seis centrais, incluindo o



Reunião das centrais com Lira, candidato de Bolsonaro à presidência da Câmara, um desserviço à luta dos trabalhadores

presidente da CUT Sérgio Nobre, escolheu iniciar o ano com uma audiência em 11 de janeiro com o deputado federal Arthur Lira (PP) em Brasília, candidato de Bolsonaro a presidente da Câmara dos Deputados.

Dias antes, em 5 de janeiro, uma reunião virtual entre dirigentes da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central e CSB adotou um documento com cinco “eixos estratégicos para a ação sindical unitária”: “vacina já para todos”; prorrogar o auxílio emergencial de 600 reais e os recursos vindos do seguro desemprego para compensar reduções de salário e suspensão de contratos; criar mais empregos retomando obras paradas e com mais investimentos públicos e privados; ajuda solidária dos sindicatos aos mais necessitados e “fortalecimento da organização sindical e da negociação coletiva” (nome pomposo para o financiamento sindical).

Note-se que aquilo que a CUT adotou em sua

direção nacional de dezembro como questões centrais e imediatas - a luta em defesa dos serviços públicos e dos servidores contra a reforma administrativa e a luta contra a privatização das estatais – não estão presentes em tais “eixos estratégicos”!

Para que servem tais “eixos”?

Foram esses cinco “eixos” que foram levados a Arthur Lira. Miguel Torres, presidente da Força, disse que eles seriam levados também a Baleia Rossi (MDB), candidato de Rodrigo Maia à sua sucessão. A reunião com Baleia, prevista para o dia 14 de janeiro, foi antecedida pela bomba da Ford encerrar sua produção no país e pelo anúncio da direção do Banco do Brasil de fechar centenas de agências (ver pág. 7). O que deveria ser um choque de realidade para esses dirigentes.

O que pretendem Sérgio Nobre, Miguel Torres e outros dirigentes ao levar tais “eixos” aos candidatos a presidir a Câmara? “Compromissos” em troca de votos que eles não têm, pois não são deputados? A impressão que fica é que vale tudo para recuperar o “financiamento” perdido com o fim do imposto sindical na reforma trabalhista de Temer. Quem piscar nesse sentido teria o seu “apoio” para presidir a Câmara?

O site da “Carta Capital” (12/01) cita o presidente da Força Sindical, afirmando que

o deputado Arthur Lira não se comprometeu com nada nessa insólita reunião, mas “demonstrou abertura ao diálogo”.

Esse episódio é mais um subproduto da “unidade das centrais” (na verdade de suas cúpulas) que se resume a dirigentes fazendo “lobbies” no Congresso de maioria reacionária e empresarial.

Está mais do que na hora da CUT romper com esse tipo de “fórum permanente das centrais” e agir por uma verdadeira unidade de ação na luta concreta dos trabalhadores contra os patrões, seus deputados e o governo Bolsonaro. É a sobrevivência da CUT como central sindical independente e de luta que está em jogo.

Lauro Fagundes

Trabalhar em casa é conquista?

Governo quer economizar com o “home-office”

Houve um tempo em que famílias inglesas trabalhavam nos cômodos em que moravam, tecendo a matéria prima fornecida por quem lhes alugava um tear. O alto grau de exploração sequer permitia garantir a subsistência, como descreve Engels em “A Situação da Classe Operária na Inglaterra em 1844”. A luta dos sindicatos fez

recuar essas práticas e as tornou ilegais.

Passados quase dois séculos, o Secretário de Desburocratização de Bolsonaro, Caio Paes de Andrade, anuncia que o governo pretende generalizar o "home-office" dos servidores federais, "não como obrigação, mas como conquista".

Conquista de quem? Um fato que ninguém pode ignorar é que, na maior crise já vivida pelo capitalismo, os governos de todo o mundo, sejam "negacionistas", sejam "cientificistas, utilizam a Covid-19 para impor um brutal retrocesso nos direitos e na organização da classe trabalhadora.

O próprio governo Bolsonaro reconhece que seu objetivo é prolongar as economias feitas com o confinamento de 2019: R\$ 1,488 bilhão com luz, água, reprodução de documentos, auxílio-transporte, horas extras, diárias e passagens.

E quem pagou essa conta? Os próprios servidores que passaram a trabalhar em casa, arcando com todas as despesas daí decorrentes.

Está claro que Bolsonaro quer se aproveitar do fato de os servidores não aceitarem voltar ao trabalho presencial sem segurança sanitária, testagem em massa, vacina e outros itens. Mas os sindicatos não podem confundir as coisas e deixar "passar a boiada".

Generalizar o "home-office" para mais de 1/3

do funcionalismo, como quer o governo federal, significa estender a um limite extremo a individualização do trabalho dos servidores públicos, colocando em questão a própria existência da organização sindical, a única que pode defender de forma coletiva as antigas conquistas e lutar por novas.

Edison Cardoni

Ford: a lógica implacável do capital

É hora de mobilização nas fábricas e de cobrar o poder público

O fechamento das plantas da Ford no Brasil não é um “raio no céu azul”. De presença centenária no país, a Ford obtinha uma bela fatia de seus lucros mundiais explorando a mão de obra mais barata aqui existente e com benesses (isenções, subsídios, incentivos) bilionárias dos cofres públicos da União, Estados e municípios.

Não faltaram notas de repúdio de centrais sindicais, denúncias de falta de uma política industrial no país, agitação de governadores e prefeitos para encontrar alguma solução. Houve até quem dissesse, diante do deboche do presidente – “saiu porque num ambiente de negócios, quando você não tem lucro, você

fecha” – que a “Ford fugiu do Brasil por causa do Bolsonaro”.

Na verdade, a decisão foi tomada fora do Brasil, como sempre ocorre com o capital imperialista, como parte de um plano de reestruturação da Ford e de toda a indústria automotiva mundial, num cenário de crise do setor, combinada com a maior crise do sistema capitalista mundial já vivida.

Em fevereiro de 2019, bem antes de se falar em Covid-19, foi fechada a Ford de São Bernardo. Os metalúrgicos perderam seus empregos e as instalações foram vendidas para uma construtora. As gestões de Dória e do próprio sindicato do ABC para encontrar alguma montadora que comprasse a planta foram em vão. É preciso aprender com isso, pois outras montadoras podem “arrumar as malas” e sair do Brasil a qualquer momento por decisão de suas matrizes.

O que fazer?

“Abrimos mão de direitos para que essa fábrica continuasse aqui”, disse o dirigente sindical Sidivaldo Borges dos metalúrgicos de Taubaté (FSP, 13/01). É fato, e isso ocorreu em quase todas montadoras da base de várias centrais sindicais. Outra lição a tirar: a lógica do capital imperialista é implacável, abrir mão de direitos não garante empregos! Num passado não tão distante, a CUT levantou

a palavra de ordem “fábrica fechada é fábrica ocupada”. Não seria o caso de aplicá-la agora, e exigir, como propõe o ex-deputado petista José Genoíno e começa a ser discutido entre sindicalistas, que o poder público as encampe, garantindo os empregos e a produção?

Em São Paulo, Dória fala em “trabalhar em qualificação e recolocação no mercado” dos metalúrgicos de Taubaté. Claudião, presidente do sindicato (CUT) respondeu: “Os trabalhadores querem a fábrica aberta e os empregos mantidos” (FSP 15/01).

Tanto na Bahia, como no Ceará os governadores são do PT e os recursos públicos dados à Ford, por si só, justificariam a encampação de suas instalações.

O Brasil tem recursos humanos e tecnológicos para manter e inovar a produção de veículos, o que não tem é um governo que o faça, mais uma razão para botar para fora o governo Bolsonaro o quanto antes. Mas o urgente agora é manter os empregos e as fábricas abertas, a partir da ação dos trabalhadores.

Em 21 de janeiro agências da Ford devem ser ocupadas em todo país, numa iniciativa da CNM-CUT. É preciso avançar na ocupação das fábricas e na exigência de que sejam assumidas pelo poder público.

Julio Turra



13 de janeiro: manifestação dos trabalhadores da Ford em Camaçari, contra o fechamento da empresa

Em Camaçari (BA): Nenhuma demissão!

Situação é dramática para toda a economia local

O impacto da saída da Ford de Camaçari (BA) é enorme. O complexo que tinha a maior operação da montadora na América Latina emprega diretamente, entre funcionários e fornecedores, 12 mil pessoas e, indiretamente mais de 60 mil. A Ford gerava também milhões de arrecadação em impostos ao município, além do impacto no comércio e serviços locais.

Debaixo de chuva, no dia 12, uma assembleia dos dois turnos com a presença de trabalhadores em lay-off (suspensão de contrato) decidiu exigir da prefeitura e do governador um decreto que desaproprie o terreno para impedir a saída dos equipamentos.

O Sindicato dos Metalúrgicos (STIM), ligado à CTB, diz que “busca negociação para reverter quadro dramático e garantir a manutenção da fábrica e dos postos de trabalho”. O governador Rui Costa (PT) procura montadoras asiáticas para substituir a Ford.

No dia 13 de janeiro, dois mil trabalhadores da Ford fizeram um ato diante da Assembleia Legislativa (ALBA) em Salvador, demonstrando sua disposição de luta contra as demissões. Em sua fala, Celi Taffarel, diretora da CUT-BA, foi direto ao ponto: “Não pode demitir ninguém, nenhum desempregado. Estaremos juntos construindo a mobilização na base contra as demissões”.

O governo estadual e o prefeito devem adotar medidas concretas para garantir todos os empregos, dentre elas exigir recursos do governo federal, que foge de qualquer responsabilidade.

Está prevista no dia 18 uma negociação do STIM com a Ford e, no dia seguinte, nova assembleia da categoria. Marize Carvalho, da executiva nacional da CUT, afirmou: “É necessária toda solidariedade aos trabalhadores da Ford. É justa e legítima toda resistência. Terão nosso apoio incondicional caso decidam fazer atos, piquetes e até ocuparem a fábrica buscando uma saída para defenderem seus empregos”.

Paulo Riela

“Reestruturação” e demissões no Banco do Brasil

Anúncio de fechamento de agências prepara privatização

Em 11 de janeiro, a direção do Banco do Brasil (BB) anunciou o fechamento de mais de 200 agências em todo país e dois programas de demissão voluntária – Programa de Adequação de Quadros (PAQ) e Programa de Desligamento Extraordinário (PDE) - com a meta de eliminar cinco mil empregos.

Os sindicatos de bancários rechaçaram essa “reestruturação”, denunciam que o “enxugamento” de agências e funcionários é para preparar a privatização do BB e preparam plenárias e mobilizações pelo país.

Em 15 de janeiro, ocorre um ato nacional, articulado pela Contraf-CUT, em todas as agências do BB, com os bancários vestidos de preto, denunciando o fim do papel social do BB embutido no plano e seus impactos sobre a carreira dos bancários (pontos de atendimento sem caixas para atender o público, perdas de gratificações, por exemplo). No dia 21, ocorre uma nova mobilização nacional exigindo da direção do BB retirar esse plano.

Um plano de reestruturação também está em curso na Caixa Econômica Federal (CEF), com medidas de “enxugamento” similares

e o mesmo objetivo de privatizar. É preciso que a luta no BB e na CEF se unifiquem em defesa dos bancos públicos e dos empregos.

Bolsonaro irritou-se?

Bolsonaro teria pedido a Paulo Guedes a demissão do presidente do BB, André Brândão, irritado com o plano de reestruturação ter sido anunciado antes da votação dos novos presidentes da Câmara e Senado, nas quais ele apoia o deputado Arthur Lira (PP) e o senador Rodrigo Pacheco (DEM), pois teria recebido reclamações de parlamentares contra o fechamento de agências em suas bases eleitorais. Como se vê, a preocupação do presidente não é com as demissões de bancários, nem com o caráter público do BB. Até o momento, Guedes estaria tentando demover o seu chefe dessa ideia.

Correspondente



Nacional



Na “guerra das vacinas”, quem perde é o povo

Vacina, um grande negócio

No Brasil, disputa entre governo federal e do estado de SP não mira a saúde do povo

Estamos na pior fase da pandemia. Números mundiais mais elevados do que em 2020. O Brasil volta a atingir a incidência de mais de 1000 óbitos por dia. Com mais de um ano de pandemia a corrida a vacina é a tradução do mundo capitalista: incoerente, duvidosa e desigual. Os países imperialistas garantem suas produções e doses, e a classe trabalhadora se vê à mercê da indústria farmacêutica e de suas patentes. E, apesar dos países imperialistas correrem para comprar mais de 50% da produção mundial das vacinas, não necessariamente estão garantindo uma distribuição adequada.

Germán Velásquez, ex-diretor do Programa de Medicamentos da Organização Mundial de Saúde, denuncia o grande negócio da

vacina com suas patentes e produção (ver box). Vacinar bilhões de pessoas é um negócio estimado em mais de 100 bilhões de dólares! Vale ressaltar que nesse desenvolvimento de tecnologia em imunizantes há uma parcela de investimento dos estados, que é público, e que não haverá retorno, pois essas vacinas serão compradas das indústrias.

Dória brinca com nossas vidas

Divulgado sob influência da indústria farmacêutica e da disputa Bolso x Dória, as eficácias das vacinas causam confusão. A Coronavac teve uma divulgação de eficácia de prevenção de doença de 50,38%. Já a vacina de Oxford produzida pela Fiocruz, foi divulgada com eficácia de 62-90% com média de 70% nos estudos.

A discussão causa insegurança, e o Instituto Butantã, do Estado de São Paulo, apesar de ter equipe de cientistas altamente qualificada, é controlado por Dória. Dima Covas, diretor do Instituto, indicado por Dória, divulgou inicialmente uma eficácia de prevenção de casos leves (78%), e de casos moderados e graves (100%) em uma coletiva de imprensa. Evento político e disputado em contrapartida ao Ministério da Saúde que anuncia que irá requisitar e aplicar as doses. Só depois foi divulgada a eficácia geral e ainda não se tem acesso aos números da pesquisa. Dória usa a

vacina para se cacifar politicamente e brinca com nossas vidas.

Dia “D”, Hora “H”

A vacinação não tem cronograma no Brasil. Nenhuma das duas vacinas mais avançadas nos estudos foi aprovada pela Anvisa. Um plano mal feito e não finalizado foi impulsivamente distribuído pelo Ministério da Saúde em dezembro. Erros como excluir as doses da Coronavac do Butantã, e excluir populações de risco confinadas foi realizado nesse plano. Sem datas nem prazo, o General/ministro fala em coletiva: a vacinação começará no dia “D”, na hora “H”!

O professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, Gonzalo Vecina Neto, avalia: “Foi um desastre sanitário provocado pela inação do presidente da República. E esse desastre sanitário significa responsabilização por mortes que seriam evitáveis”. “No primeiro plano feito, o governo retirou do público prioritário: os presidiários, quilombolas, populações ribeirinhas e manteve apenas a população indígena. A estratégia está baseada nos planos europeus onde os países não têm a mesma desigualdade como a nossa. No Brasil, os pobres é que estão morrendo. O plano correto teria que dar prioridade aos profissionais de saúde e depois aos mais pobres, como os que recebem o Bolsa Família, por exemplo.”

Não há vislumbre do Ministério da Saúde, nem previsão de quando os trabalhadores adultos das rendas mais baixas, que são a população com maior acometimento da doença e cada vez o maior percentual da população internada, serão contemplados com a vacina.

Juliana Salles

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE OLHO NA BOLSA!

Trechos da entrevista de Germán Velásquez para o Jornal Ara, da Catalunha. “O acesso a esses medicamentos [sem as patentes] aumentaria substancialmente para os países em desenvolvimento, que representam três quartos da população mundial. E talvez a pesquisa também fosse mais rápida, porque os resultados teriam sido compartilhados em vez de investir quantias astronômicas de dinheiro público nas fases iniciais de diferentes projetos (...). Nos últimos 20-30 anos, tem havido tensão entre dois atores: o setor comercial e o setor de saúde. O dilema era se o benefício das empresas privadas que estão ficando mais ricas ou dos cidadãos é mais importante. Agora um novo ator é adicionado, que é o político. Os governos estão liderando um autêntico nacionalismo de vacinas para mostrar à sua população que eles fazem tudo o que podem e é por isso que acumulam vacinas até para fins eleitorais (...) A capacidade global de produção de vacinas é de 2,5 bilhões de doses por ano. Com a capacidade atual, levaria três ou quatro anos, e as empresas preferem manter preços caros, mesmo que isso signifique que só os países ricos comprem. Isso nos mostra que o principal interesse da indústria farmacêutica global não é a saúde pública, mas o que acontece nas bolsas de Nova York e Londres e como elas remuneram seus acionistas. Ler integra em www.otrabalho.com.br

Sem teste, sem controle

Fiocruz afirma que falta de testagem provocou aumento de casos

Nenhuma outra estratégia substituiu o diagnóstico da doença e as ações decorrentes de um exame positivo. A realização dos testes e sua cadeia de ações operada pelo Sistema Único de Saúde reduziriam a dissipação do vírus e conteriam seu curso de infectividade.

Mas como divulgado pela Fiocruz, a falha na testagem em massa contribuiu para o aumento de casos graves de Covid-19 no Brasil. E ainda há 6,5 milhões de testes estocados em Guarulhos com prazo de validade estendido!

Segundo os pesquisadores da Fiocruz a testagem no país não tem planejamento nem indicadores de confiabilidade nos resultados. Diego Xavier, epidemiologista da Fundação, relata que um dos problemas é a descentralização da compra e da distribuição de testes. “Isso trouxe a fragmentação da informação e ainda onerou de forma significativa os cofres públicos, já que a compra centralizada de testes traria vantagem na negociação e a distribuição coordenada dos testes e proporcionaria maior clareza da informação”. “O grande volume de testes positivos também evidencia a baixa capacidade de testagem e a permanência da circulação do vírus, gerando

o descontrole da epidemia”, cita o relatório da Fiocruz.

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de acompanhamento das ações de enfrentamento ao Covid-19 divulgado no fim de outubro apontou a falha que é “a falta de uma estratégia de planejamento nacional para o enfrentamento da pandemia”, explicou o ministro responsável pelo relatório, Benjamin Zymler.

O TCU determinou ao Ministério da Saúde a elaboração de uma política de testagem da Covid-19, estabelecendo: a quantidade de testes a serem adquiridos, o público-alvo, o prazo para o atendimento, a frequência dos testes a serem aplicados aos integrantes do público-alvo e os critérios para distribuição de testes entre os estados e municípios.

O Ministério da Saúde terá de garantir e monitorar estoque estratégico de medicamentos para o atendimento de casos suspeitos e confirmados, além de monitorar o estoque de medicamentos no âmbito federal e estadual.

JS

Partido

Camarágibe Exig
Testes em Massa.

PT, direita volver no Congresso!

Baleia (MDB) x Lira (PP) ou Pacheco (DEM) x Tebet (MDB)
– onde está a Oposição?

A base está perplexa. O Diretório Nacional em dezembro mandou a Comissão Executiva Nacional para discutir a eleição das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado em 1º de fevereiro. A CEN, por sua vez, mandou as bancadas com uma “comissão de acompanhamento” liderada pela presidente Gleisi Hoffman, com a linha “unidade da oposição” mais alguns “parâmetros”.

O Dialogo e Ação Petista defendeu no DN “candidaturas de oposição democráticas e anti-imperialistas”. Markus Sokol (DAP) levou isso à CEN seguinte. Na votação propôs emendar a fórmula praticamente consensual de Gleisi com a “candidatura” de “unidade da oposição” para discutir depois “parâmetros”. Rejeitado, se absteve.

Me engana que eu gosto

Na virada do ano, a Oposição (PT, PDT, PSB e Rede) já tinha se “unido” para fazer um bloco com Maia de nada menos de 11 partidos - 6 deles, a maioria, da direita golpista DEM, PSDB e PSL, entre eles – contra o bloco de Lira (PP). No dia 4 a bancada aderiu à candidatura de Baleia Rossi (MDB), homem de Maia.

Ora, nunca foi proposto à CEN ou ao DN tal bloco, muito menos o nome de Baleia, apadrinhado pelo “líder civil” do impeachment, Temer. Vinha explicado (pela mídia) que a oposição não se uniria de outro modo...

Primeiro turno ou segundo turno?

Com a base do governo – principalmente o “centrão” - dividida, se sabia que deve haver dois turnos.

Na verdade, desde a CEN com parte da bancada presente, se via que a divisão real da bancada na Câmara era apoiar um “outro” candidato no 1º turno ou marcar posição para apoiar no 2º turno. O que foi deliberado por 27 deputados pró Baleia no 1º turno versus 23 pela candidatura “própria” - a tônica das 7 falas por ela, era apoiar no 2º turno. Ou seja, o que parecia afirmativo era, na verdade, apoiar no 2º turno o mesmo Baleia.

Essa é a divisão também, como é público, na bancada do PSOL que não está no bloco Maia. Embora, em Belém, onde elegeu o prefeito, o PSOL fez uma mesa unânime para a Câmara Municipal, com todos os partidos.

Atenção: não há frente dos 11 partidos, a oposição apresentou sua plataforma, Baleia em discurso e entrevista não se compromete com impeachment e segue apoiando a política econômica. É um golpista que votou as contrarreformas e não mudou.

A “unidade da oposição” deu em que parece que não há oposição no país!

É grave!

O voto dos parlamentares é individual e costuma ser secreto. Traições acontecem. Em tese, a CEN que se reúne dia 22 pode revisar esta tática desastrosa: Bolsonaro se dá ao luxo de exibir o apoio do PT ao seu candidato no Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), contra Simone Tebet (MDB).

O líder do PT, Rogério Carvalho, explica que não tem tanta diferença e, por fim, Pacheco “é obvio que defende uma agenda liberal. Não temos condições de escolher um candidato de oposição ao Bolsonaro porque não tem” (OESP 13/01). Não, porque não quer!

Tudo isso não é um acidente, já expôs o PT e coroa um ano de deriva parlamentar, em que Bolsonaro segue sua aventura, com apoio do grosso da burguesia e do capital internacional. Não será apeado por cima, não sem uma explosão social por baixo, imprevisível, antes ou depois de 2022.

J. A. L.

PÉSSIMA TRADIÇÃO

Os novos vereadores elegeram a mesa da Câmara Municipal de SP, com Milton Leite (DEM) presidente. Da base do prefeito Covas (PSDB), Leite teve 48 votos (Erika Hilton, Psol, teve 6).

Os 8 vereadores do PT, outra vez, votaram no homem do prefeito - o acordo deu 42 votos à Juliana Cardoso (PT) na 1ª secretaria.

A bancada explica que “tem ocupado esse espaço na Mesa, por defender o

princípio da proporcionalidade das bancadas previsto no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município”. Ocorre que o regimento diz e aplica o voto majoritário. Em quase todos os parlamentos, quem tem mais, leva. Os votos em Juliana são em troca do apoio ao homem de Covas. Simples assim.

Na mesa da Assembleia Legislativa de SP já é tradição o PDSB presidir desde 2007, sempre com os votos do PT em troca.

Essa postura não impacta o povo? Será que o povo não está achando tudo igual, por que quase 40% não votaram em ninguém em outubro?

Em tempo: quem manda são os presidentes, na pauta e sobre as comissões.
Correspondente

Bolsonaro volta a mostrar os dentes

Mais a oposição se mistura com a situação, mais a besta ataca

Desde que a Oposição e o PT saíram da cena atrás das candidaturas das mesas da Câmara e do Senado com as duas alas do seu governo, Bolsonaro está com a corda toda.

Dia 15 de dezembro de manhã, fez comício na Ceagesp, companhia federal de armazéns em SP, onde disse que “nenhum rato vai privatizar isso daqui em benefício de seus amigos” (mas foi um decreto seu em acordo com Dória um ano antes que pôs a empresa na lista das privatizações). Ele nomeou o coronel Mello Araújo, ex-comandante da Rota, a “elite” da PM de Dória, para presidir a Ceagesp. O coronel “pediu aos trabalhadores que fossem à cerimônia vestindo as cores da bandeira”. Um

deles “foi expulso sob ameaças de agressão ao gritar ‘gado’” (OESP 16/12). No discurso, Bolsonaro jurou “lealdade absoluta ao povo”. Tudo arranjado.

À noite foi à casa de Paulo Skaff, presidente da FIESP, jantar com os privatizadores: os manda-chuvas da Cosan (infraestrutura), Bradesco, Santander, Riachuelo e outros. “Falou-se de reformas” (Valor 17/12), “um jantar de confraternização entre amigos”.

Na véspera do Natal em Santa Catarina, discursando à PM, Bolsonaro subiu o tom: “Se a gente não tiver voto impresso em 2022, pode esquecer a eleição” (OESP 23/12). Note o leitor que foi duas semanas antes do putsch no Capitólio, em Washington, quando retomou a ameaça.

No dia 1º do ano, ele encenou uma coreografia na Praia Grande, pulando n’água sem máscara, mas com vários seguranças, em direção aos banhistas aglomerados, infiltrados por uma turba chegada para gritar com ele “Dória, vai tomar no cu!” (as praias paulistas estariam interditadas!?). “Espontâneo”.

Onde está a Oposição que não reage?

Ocupada. Articulado Baleia (MDB), homem de Maia (DEM) na Câmara, e Pacheco (PSD), homem de Alcolumbre (DEM) no Senado.

E antes? Em abril, ela votou o “orçamento de guerra” que deu recursos extras para

Maia-Alcolumbre elegerem a turma do “centrão” em outubro. De vez em quando, soltava um impeachment, “grito parado no ar” por Maia. Os sindicalistas e as frentes também, mas estavam no “fique em casa” achando que era “científico”, contra Bolsonaro.

Depois, todos entraram na dança-da-chuva da Vacina-Já, achando que era “tático”, mas esquecendo dos sete milhões de testes de Bolsonaro que apodrecem. Os governadores, cada um com sua vacina, nem ligam.

Bolsonaro recebe a colaboração parlamentar e o acompanhamento sindical, e age.

Ninguém toma iniciativa concreta por medidas de emergência para o povo que sofre.

Somos por uma vacina e pelo fim do governo Bolsonaro. Mas não precisa ser marxista para ver que, sem iniciativa da oposição, o seu bonapartismo avança.

Oposição já!

Markus Sokol



DAP DE CAMARAGIBE EXIGE TESTAGEM

O DAP Aldeia, em Camaragibe, região metropolitana de Recife, promoveu um ato público para entregar à prefeita Nadege Queiroz o Projeto de Lei para Testagem em Massa da população. O ato contou com o apoio da população da cidade e é um exemplo que o PT deve seguir.

de 10 a 24 setembro de 2020

DIÁLOGO E

AÇÃO PETISTA

PT

 /DapBrasil  /DapBrasil  /DapBrasil  <http://petista.org.br>



Misa Boito, Luis Eduardo Greenhalgh e Markus Sokol compuseram a mesa da plenária.

PLENÁRIA NACIONAL REÚNE MAIS DE 500 MILITANTES

*DAP defende candidatura própria da
oposição no Congresso
e liberdade para os presos políticos chilenos*

Com 414 petistas de 20 estados inscritos previamente, a atividade plenária foi acompanhada por mais de 500 companheiros e companheiras (250 em sala virtual + 250 via facebook), a Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista, realizada no dia 20 de dezembro, constituiu-se num momento importante de discussão política (nacional e internacional), de balanço das eleições municipais e de preparação da intervenção das lutas no próximo período, que prometem. Foram mais de três horas de debates.

A mesa da Plenária foi coordenada pela companheira Misa Boito, do Comitê Nacional do DAP e do Diretório Nacional do PT. Ela abriu a plenária anunciando a presença de

convidados, alguns fizeram uma saudação ao encontro.

A Plenária teve a participação do companheiro Luis Mesina, dirigente sindical chileno e candidato independente a deputado constituinte nas eleições de 11 de abril.

Em sua intervenção, Luiz Eduardo Greenhalgh, também do Comitê Nacional do DAP e Diretório Nacional do PT, referiu-se aos ataques sofridos pelo partido durante as eleições (“não vieram só da direita, mas também de partidos que se consideram de esquerda”). Na sequência, disse que “há uma crise de direção no PT, dirigentes fazendo campanha para candidatos de outros partidos, o DAP não vai aceitar isso”. E concluiu: “Não dá para combater o antipetismo escondendo a estrela e o vermelho. Nós vamos derrotar o discurso moralista conservador nos ligando aos sindicatos, aos movimentos, abrindo espaço para os jovens, as mulheres, os vários setores que entram na luta”.

Representando a Juventude Revolução do PT, o companheiro Jeffei falou da abstenção dos jovens nas eleições municipais: “No Rio de Janeiro, os jovens que não votaram no 2º turno mandaram um recado ao PT, de descrença nas instituições”. Ele explicou a posição da JR do PT no segundo turno das eleições no “Nem Paes, nem Crivela, chamamos

o voto 13”.

Markus Sokol, da Executiva nacional do PT e Comitê Nacional do DAP, ressaltou a grande presença na Plenária, num momento em que explosões sociais tendem a ocorrer, como consequência da miséria, fome e desemprego. Insistiu na necessidade de um balanço, não apenas eleitoral, mas da trajetória do PT, e disse que as posições do DAP são um ponto de apoio importante para a luta. Citou as propostas de medidas de emergência, que partem de necessidades concretas dos trabalhadores e do povo, e o repúdio ao acordo com Maia na Câmara: “Ainda dá tempo de reverter essa posição”.

A seguir, a Mesa abriu a palavra aos convidados. Pedro Tourinho, candidato a prefeito de Campinas-SP, disse que o PT deve recuperar seus princípios. Fernando Ferro, ex-deputado federal de Pernambuco, afirmou que, mesmo sem ganhar a eleição, o PT teve uma vitória política em Recife. Perly Cipriano, do Espírito Santo, fundador do PT, afirmou que o partido precisa ser “sacudido”. Marcelo Oliveira, prefeito eleito de Mauá-SP, foi taxativo: “Temos de entender que existe luta de classes, burguesia e classe operária”.

Aberta a palavra, os inscritos abordaram tanto relatos das campanhas quanto a crise econômica, social e política- e a necessidade

de ajudar os trabalhadores a acharem, com sua luta, uma saída.

Ao final das intervenções, a palavra foi dada a Luis Mesina (ver abaixo) e Misa Boito sintetizou a discussão, concluindo em duas propostas.

Com Maia não dá

Uma das principais decisões da Plenária foi de ampliar a luta para que a oposição tenha uma candidatura própria na eleição das Mesas do Senado e da Câmara, em repúdio à decisão da bancada do PT e dirigentes de compor o “bloco do Maia”. O texto do DAP “Com Maia não dá” (veja a íntegra em www.petistas.org.br) foi amplamente divulgado com positiva reação entre os petistas. Mas a bancada persistindo no erro, definiu apoio a Baleia Rossi (MDB), candidato de Maia.



Luis Mesina denunciou a situação dos mais de 2000 presos políticos e falou da campanha pela libertação

Liberdade para os presos políticos do Chile

A Plenária decidiu atender o apelo da Confederação Bancária chilena, da qual Luís Mesina é dirigente, por uma campanha pela liberdade imediata

dos mais de 2000 presos políticos chilenos devido à participação nas grandes manifestações de 2019. A campanha decorre do caráter

internacionalista do DAP.

Mesina disse que a explosão revolucionária do final de 2019 acabou com a imagem do Chile como país modelo do neoliberalismo. Afirmou que não há democracia no país, “vivemos um estado de exceção. As eleições para a Convenção que vai redigir uma nova Constituição, exigência das mobilizações de 2019, vão ocorrer com cerca de 2.500 presos políticos e sem liberdade de organização e manifestação para a classe trabalhadora”. Mesina pediu solidariedade à campanha pela libertação dos presos políticos.

Após a fala de Mesina, Greenhalgh, que foi presidente do Comitê Brasileiro de Anistia, lembrou a solidariedade do povo chileno aos refugiados brasileiros durante a ditadura militar. Ele também enfatizou a contradição de uma eleição para a Constituinte ocorrer com milhares de presos políticos e salientou a necessidade do DAP abraçar a campanha junto a partidos, sindicatos, entidades e personalidades.

Reuniões dos grupos de base

Agora é multiplicar as reuniões dos grupos de base do DAP em todo o país. Cidades e estados onde o DAP não tinha presença começam a participar.

Essas reuniões terão uma grande importância. A crise tende a se aprofundar e é necessário

oferecer um ponto de apoio para a luta dos trabalhadores.

Uma das iniciativas é o projeto de lei da testagem em massa, que os vereadores do DAP (Cida, em Juiz de Fora-MG, José Carlos, de Ubá-MG, e Dr. Valmir, de Maceió-AL) devem apresentar em breve. Mas não apenas os vereadores, como mostra a ação dos companheiros do DAP em Camaragibe-PE (ver na página 4).

FORTALEZA: OPOSIÇÃO A SARTO!

Com apoio dos militantes do Diálogo e Ação Petista, o Diretório Municipal do PT de Fortaleza decidiu, no dia 29 de dezembro, que o partido será oposição à administração do prefeito Sarto. O DAP propôs uma resolução que dizia: “O PT se manterá na oposição ao governo Sarto, tendo como base as demandas populares que foram inscritas na plataforma que apresentamos às eleições”.

A reunião foi sabotada pelos militantes da Militância Socialista, Movimento PT, EPS e CNB, que não apenas divulgaram nota à imprensa condenando a decisão como

dirigiram recurso à Executiva estadual. Esta, no mesmo dia, suspendeu a decisão do DM. Em nota pública, a coordenação do DAP reafirmou apoio à decisão do DM: “O que está em jogo são os interesses do governador Camilo Santa e de vários dirigentes e parlamentares do PT em manter os vínculos com o clã dos Ferreira Gomes (Ciro e Cid), visando a eleição de Camilo ao Senado em 2022”.

EDUCAÇÃO

SAÚDE

CADEIA

Juventude

LATUFF
2015
SUL 21

Confusão e incertezas no Enem

Irresponsabilidade do governo ameaça futuro de milhares

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está previsto para os dias 17 e 24 de janeiro, com quase 5,8 milhões de inscritos batalhando por vagas no ensino superior.

Depois de um ano marcado pela pandemia e uma educação remota precária, por culpa dos governos, sobretudo o federal, milhões foram excluídos por falta de computador e internet, prejudicando muito a preparação para o exame.

O descaso do governo federal lança dúvidas sobre a segurança sanitária da prova. A manutenção da data tem gerado reação de entidades estudantis, governos e prefeituras, inclusive com ações judiciais, pedindo o adiamento.

Estudantes preferiram maio de 2021.

Depois de forte reação estudantil e outros setores, o exame 2020, que seria em maio passado, foi adiado. O Ministério da Educação (MEC) fez uma consulta estudantil sobre a data. A ampla maioria preferiu o mês de maio de 2021 (opção mais distante dentre as oferecidas). Mas o governo ignorou e marcou as provas para janeiro.

“Enem no pior momento”

A falta das condições seguras para o retorno às aulas também se expressa no Enem. O governo não lançou um plano de testagem para realização da prova e fala em redução da quantidade de alunos por sala, o que não está muito claro, num exame que abarca quase seis milhões, mais a equipe para aplicar a prova.

O Tribunal Regional Federal da 3ª região manteve a decisão da Justiça Federal de São Paulo que negou o adiamento pedido pela Defensoria Pública, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

A juíza paulista Marisa Claudia Cucio empurrou às autoridades estaduais e municipais a decisão de fazer ou não o exame e afirmou que “o próprio Inep já cogita novas datas” onde não ocorresse. O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que não havia como “assegurar fazer aplicações em cidades que vão pedir reaplicação”.

Em 13 de janeiro a Justiça Federal do Amazonas suspendeu a prova no estado até durar o decreto de calamidade pública estadual e a prefeitura de Manaus não liberou as escolas.

Márcio Bittencourt, do Hospital Universitário da USP, disse: “estamos fazendo o exame no pior momento da pandemia. Está pior do

que na data em que foi adiado”.

Melhor seria adiar

O Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) pediu adiamento ao MEC por conta do aumento dos casos e os riscos da prova.

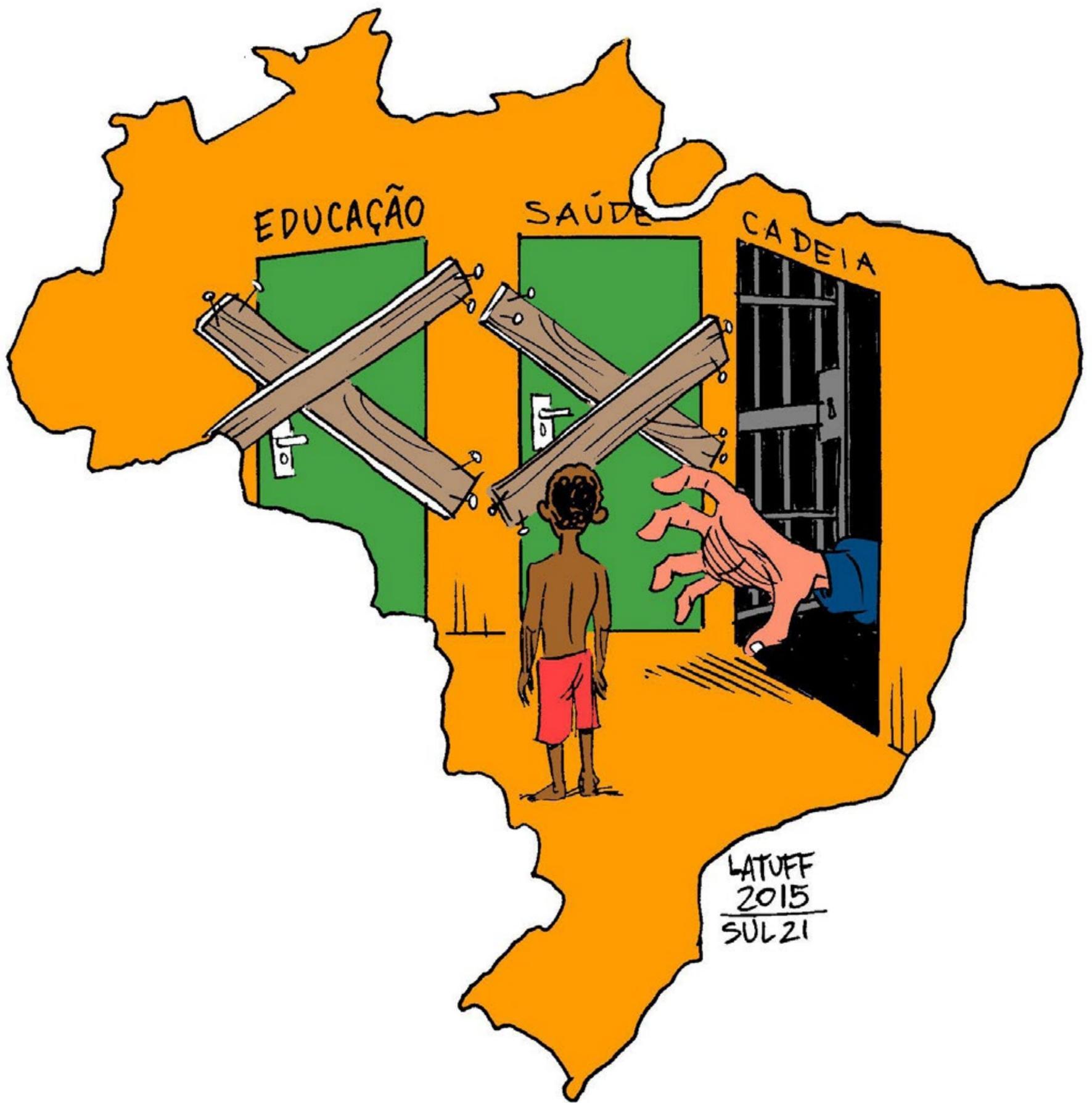
A UNE e a UBES defendem um Enem com segurança e sem desigualdade e que “a necessidade de adiamento é fruto da falta de organização e transparência do MEC”.

Em meio à confusão e incertezas no Enem, a irresponsabilidade do governo ameaça o futuro de milhares de jovens.

A juventude quer um futuro, não cadeia!

Reaparece a PEC pela redução da maioria penal, de Eduardo Bolsonaro

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Ministra Damares Alves, deu parecer favorável à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 32/2019, que prevê a redução da maioria penal no Brasil, atualmente aos 18 anos. A PEC, encabeçada por Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), prevê a redução do crime de tráfico de drogas de 18 para



14 anos, e 16 anos para os demais crimes. A SNJ argumenta que as políticas de reeducação de jovens infratores fracassaram no país e, por isso, se justifica a redução da maioria penal para o combate aos crimes e às infrações.

O que a SNJ não diz é que o Brasil está entre os países que detém os maiores números de população carcerária do mundo e que, essa política de encarceramento em massa, de forma alguma, melhorou a situação da violência e criminalidade no país. Na juventude,

a política de ampliação do encarceramento, desejada pelo governo Bolsonaro, é o que permitirá com que os jovens tenham contato mais próximo com a criminalidade ligada às facções criminosas. O que se tem por trás desta política de redução da maioria penal, não é a tentativa de redução da criminalidade, mas sim, a exclusão dos jovens da vida social do país. É o que comprova o levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre os anos de 2015 a 2019, que afirma que, a cada 10 adolescentes infratores, 8 não retornam ao crime, diferentemente dos adultos, onde a política de encarceramento é extensiva, e o número de reincidência é mais expressivo, chegando a 45%. Ou seja, a política de entupir as prisões é que é falida e nada tem a ver com melhorar a segurança nacional. O que o governo Bolsonaro vem preparando para cima da juventude, é o aumento da repressão e de seu sufocamento que, sem perspectiva de futuro, se veem sem emprego, direitos, escola, moradia digna, cultura e lazer.

Redução agrava o problema

O estado deveria investir no serviço público, ampliar escolas e concursos, postos de saúde nas comunidades, transporte público de qualidade, espaços de cultura e esporte, atualmente reduzidos pelo teto de gastos que a cada ano diminui os recursos nos investimentos

sociais. Exatamente por isso que, corretamente, a Juventude do PT, logo após sair o parecer favorável da SNJ, se posicionou contra a redução da maioria penal. Mas é preciso avançar e organizar o combate para impedir que a PEC continue avançando. Para isso, a JPT, que convoca em sua nota, os jovens militantes petistas a estarem nos comitês contra a redução da maioria penal, precisa elaborar e convocar ações práticas que rechacem, desde já, a PEC, discutindo e debatendo nas ruas com o povo a armadilha que vem sendo construída contra a juventude.

Reduzir a maioria penal, não é a solução, ao contrário, é agravar o quadro e aumentar o encarceramento da juventude, principalmente, negra.

Jeffei

Vem aí a formação do verão 2021 da JR do PT

Desemprego faz aumentar o abandono dos estudos

Nos meses de janeiro e fevereiro, os núcleos da Juventude Revolução do PT realizarão nos estados a formação de verão que debaterá neste ano o livro “O Estado e a Revolução”, de Lênin. O objetivo da atividade é reunir jovens dispostos a lutar para preparar o combate em meio a uma

situação de crise do sistema, agravada pela pandemia, que se expressa em crise de representação e explosões sociais em vários países do mundo. A piora das condições de vida leva milhares às ruas no Chile, EUA, Peru e outros países, onde os jovens também ocupam um lugar importante nas mobilizações. No Brasil em especial, a juventude foi o setor que mais se absteve nas eleições municipais, e é também quem mais sofre com o desemprego, violência e negação do direito aos estudos através das medidas do governo autoritário de Bolsonaro.

O Livro “O Estado e a Revolução” ajudará a compreender o papel do Estado como instrumento de dominação e exploração da maioria oprimida, as contradições do sistema capitalista e a luta conjunta com a classe trabalhadora para sua emancipação. Preparar a resistência no ano que se inicia, ajudando a construir pontos de apoio para a organização da juventude na luta pela sua libertação das amarras do sistema capitalista. Os interessados podem ter mais informações no site da JR do PT www.juventuderevolucao.com.br/.



História



Rosa Luxemburgo

Assassinada há 102 ano, sob o comando da socialdemocracia alemã

Em 15 de janeiro de 1919, a Alemanha estava num processo revolucionário desencadeado dois meses antes com a queda da monarquia, sob os golpes das massas de trabalhadores e marinheiros que reagiam à tentativa do regime de prosseguir a I Guerra Mundial que já ceifara milhões de vidas e arruinara o país, jogando milhões na miséria. Depois de um dia inteiro de trabalho na redação do Rote Fahne (Bandeira Vermelha) em Berlim (diário do recém fundado Partido Comunista Alemão), os dirigentes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, se preparavam para dormir na casa de camaradas, naqueles dias em que a perseguição policial

os obrigava a mudar quase diariamente de domicílio. Um destacamento de fuzileiros da Cavalaria da Guarda invadiu o imóvel e os sequestrou, sendo levados para o Hotel Eden, local onde se improvisara o QG dos fuzileiros, nas operações de sufocamento da revolução. Liebknecht e Rosa não saíram vivos do local. O relato oficial dizia que Liebknecht fora morto ao tentar fugir, e que de Rosa havia sido retirada de custódia por uma multidão enfurecida. Liebknecht foi enterrado como indigente e o corpo de Rosa jogado no Canal Landwehr, só reaparecendo meses depois, quando foi sepultado. Os assassinos, nos anos que se seguiram, acabaram reivindicando orgulhosamente o crime.

Mas quem foram Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e por que foram objeto de tão terrível vingança do Estado alemão?

A posição diante da I Guerra Mundial

Rosa Luxemburgo nasceu na Polônia russa, sob o domínio czarista. Muito jovem, no início dos anos de 1890, se juntou ao partido Proletariado que reunia diversos matizes da esquerda que logo se fundiu com outros setores para fundar o Partido Socialista Polonês (PSP). Com a deriva do PSP para uma linha nacionalista, a que Rosa se opunha, se orientando para a luta unitária dos trabalhadores do Império Russo pela derrocada do

czarismo, ela e sua fração fundaram o Partido Socialdemocrata Polonês, mesmo que o PSP acabasse sendo reconhecido como Seção Polonesa da 2ª Internacional. Logo a atividade política de Rosa a obrigou a emigrar, primeiro para a França e depois para a Alemanha, onde conseguiu cidadania por meio de um casamento apenas formal. Rapidamente, Rosa se tornou uma das principais dirigentes da Seção Alemã e da Internacional. Voltou brevemente à Polônia quando eclodiu a Revolução Russa de 1905, para dirigir os combates em Varsóvia. Com a derrota da revolução, Rosa se fixou definitivamente na Alemanha, onde prosseguiu seu combate contra o reformismo, que travava desde o início do século e que originou um de seus textos clássicos, “Reforma ou Revolução?”.

A volta de Rosa à Alemanha vai coincidir com os fatos que preparavam a eclosão da I Guerra Mundial. Rosa formou frente comum com Lênin e Trotsky na Internacional na linha da luta contra a guerra e para transformá-la, em cada país, em revolução contra seus próprios regimes burgueses. Esta posição a reuniu pela primeira vez com Karl Liebknecht, deputado socialdemocrata que votou, em agosto de 1914, solitariamente, contra o orçamento de guerra requerido pelo governo imperialista alemão. Sua posição, embora isolada no

parlamento, teve uma repercussão profunda e permitiu reunir um considerável número de militantes socialdemocratas que se opunham à direção reformista do partido numa corrente chamada Liga Espártaco. A questão atingia a direção socialdemocrata no coração. Se mantivesse a posição de princípio do partido e da Internacional, contra a guerra imperialista, a direção estaria obrigada a enfrentar o poder de Estado, pondo em risco mandatos parlamentares, privilégios estatais, etc. Foi nesta ferida que Rosa e Liebknecht enfiaram o dedo, provocando o ódio dos dirigentes, deixando clara a sustentação que o partido dava ao estado burguês e, portanto, à sua política de guerra imperialista.

Esta situação no partido e a eclosão da Revolução de 1917 na Rússia empurrarão a Liga Espártaco a se converter no Partido Comunista Alemão (PCA), já no processo da revolução de 1918-19 na Alemanha.

Socialdemocracia toma para si sufocar a revolução

A queda da Monarquia deu lugar a um amplo movimento em que as massas, a exemplo, do proletariado russo, se organizaram rapidamente em conselhos de trabalhadores e soldados que cobriram o país. O problema do poder estava em jogo. Os conselhos, embora com maioria socialdemocrata, se opunham

como instrumento de poder ao Estado burguês, o qual, desde a queda da monarquia, estava sob direção da socialdemocracia. A socialdemocracia toma para si, então, a tarefa de sufocar a revolução em nome do regime burguês.

Neste contexto, mesmo presos durante quase toda os anos da I Guerra, Rosa e Liebknecht surgiam como a principal ameaça ao poder de Estado cuja defesa reunia a burguesia e a socialdemocracia. A radicalização da luta de classes tornava cada vez mais intolerável a ação do PCA e de seus dirigentes. Era preciso elimina-los. Um cartaz-mural anônimo exigia nos muros de Berlim, “matem Liebknecht”. A própria imprensa do Partido Socialdemocrata publicou um poema que pedia a morte dele e de Rosa. A socialdemocracia teve assume a tarefa de matar Rosa e Liebknecht. O primeiro-ministro socialdemocrata, Friedrich Ebert, nomeou outro dirigente reformista, Gustav Noske, para comandar a perseguição aos revolucionários. O assassinato de Rosa e Liebknecht foi, portanto, diretamente organizada pelo Partido Socialdemocrata.

Tratava-se de cortar a cabeça da revolução. Tanto assim que o crime foi a senha para o massacre de mais de cinco mil militantes do PCA.

O Partido Socialdemocrata deu à fundação

ligada a ele o nome do carrasco de Rosa, Friedrich Ebert.

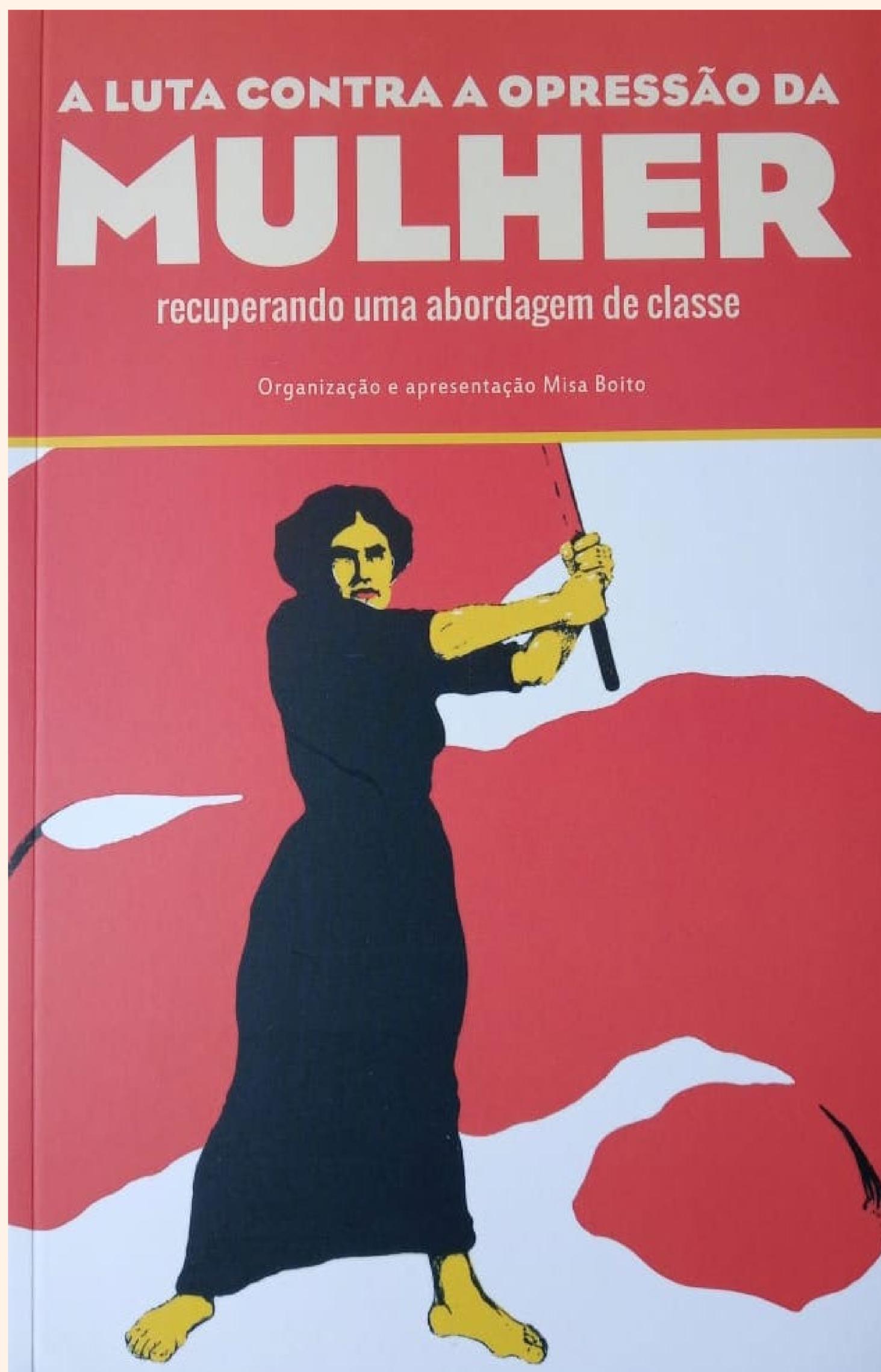
O legado de Rosa e Liebknecht, porém segue vivo na luta da classe operária internacional. Como disse Trotsky, temos todo o direito de colocar nosso trabalho pela 4ª Internacional sob o signo dos “três L”, ou seja, não apenas sob o de Lênin, mas igualmente sob o de Luxemburgo e Liebknecht.

Eudes Baima

A luta contra a opressão da mulher

“**P**roletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá à luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital.” Assim Rosa Luxemburgo conclui seu texto proletário “A Proletária”, de 1914, no qual a revolucionária explica que as reivindicações políticas da mulher trabalhadora “estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho”. O texto pode ser encontrado em

“A Luta Contra a Opressão da Mulher: Recuperando Uma Abordagem de Classe”, uma coletânea de textos clássicos, publicada em segunda edição pela Nova Palavra.



A large crowd of people is gathered in front of the US Capitol building. Many are holding American flags and signs, including one that says "TRUMP 2020". The word "Internacional" is overlaid in white text across the center of the image.

Internacional



Michel Barnier (à direita) negociador do Brexit e Davis Frost, negociador britânico

UE e Reino Unido: acordo em meio à crise

Vida política britânica é determinada pelo resultado do referendo de 2016

Muito se escreveu sobre o acordo de livre comércio entre Reino Unido e União Europeia (UE), anunciado em 24 de dezembro, com o objetivo de “organizar” o Brexit (saída dos britânicos da UE), um acordo comercial entre potências capitalistas. Michel Barnier, negociador do Brexit, declarou que era um “acordo perde-perde”. De que falava? O Reino Unido nunca foi membro de pleno direito da UE. Não participou da criação do que veio a ser a união, preferindo os acordos de livre comércio bilaterais. Só se inscreveu no Mercado Comum a partir de 1973. Nunca ingressou na zona do euro prevista pelo Tratado de Maastricht.

A classe dominante britânica poderia,

portanto, ficar satisfeita com essa adesão mínima. Em 2016, por questões de política interna, o então primeiro-ministro britânico David Cameron realizou um referendo, com a intenção de isolar sua minoria eurocética, defensora de que o capitalismo britânico tem mais a ganhar fora da UE.

O resultado é conhecido: as massas populares, principalmente inglesas, por seu voto de classe, reforçaram paradoxalmente a corrente dos eurocéticos da classe dominante. Contra as expectativas, a retirada da UE foi aprovada por uma maioria de 52%!

A vida política no Reino Unido é, por conseguinte, determinada pela votação de 2016: derrota dos conservadores nas eleições europeias de maio de 2019; renúncia de Theresa May e eleição de Boris Johnson à frente do partido, tornando-se primeiro-ministro; queda do Partido Trabalhista nas eleições de dezembro de 2019, quando, embora defendesse um programa geral favorável aos trabalhadores, colocou-se contra o movimento de fundo da classe trabalhadora que queria romper com a UE. O Partido Conservador, que se declarou inequivocamente a favor da retirada da UE, obteve vitória esmagadora.

O acordo de 24 de dezembro abrange o comércio de mercadorias, sem direitos aduaneiros ou cotas, exceto na pesca. Neste caso,

os países europeus terão de reduzir as suas capturas nas águas territoriais britânicas em 25% até 2026. As formalidades de declaração aduaneira foram restabelecidas. O mercado de serviços, incluindo os financeiros, não foi abordado e provavelmente será objeto de negociações futuras.

Não se pode esquecer o essencial: um país decidiu, por voto democrático, deixar a UE, contribuindo para a desintegração de uma união que vive crise após crise. Esse é o “crime” imperdoável dos britânicos. E é o significado do “perde-perde”.

Eleição de Biden

Até há poucas semanas, a UE estava à beira da desintegração, não apenas por causa do impasse em relação ao acordo com o Reino Unido, mas também em virtude do bloqueio de um pacote de estímulo de 750 bilhões de euros, devido ao veto de Hungria e Polónia. De repente, tudo se encaixou.

Há, claro, razões internas para os compromissos fechados de última hora. Mas isso não é o principal. A mudança ocorreu depois da eleição de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos.

Durante quatro anos, Trump tem colocado em questão as instituições internacionais (ONU, Otan etc.), pesando em particular no sentido da desarticulação da UE. Biden veio

mudar o jogo, porque representa a fração do capital estadunidense favorável à manutenção dessas instituições. Daí a retirada do veto da Polônia e o acordo sobre o Brexit.

No entanto, as relações EUA-UE seguem marcadas por feroz guerra comercial. Em 30 de dezembro, veio a público que Washington decidiu impor tarifas alfandegárias adicionais a produtos europeus. O capital continua a ser o capital.

Correspondente

Nova jornada de luta no Peru em 14 de janeiro!

Que será seguida por paralisação pelas reivindicações e a Constituinte no dia 28

No Peru, onde as mortes por Covid-19 são tão ou mais graves que no Brasil e o governo decretou um “estado de emergência” com confinamento da população, trabalhadores do campo e da cidade voltam a manifestar-se em todo o país neste 14 de janeiro a chamado da CGTP (central sindical histórica) e da Assembleia Nacional dos Povos (ANP, que reúne organizações populares e sindicais).

Ao final de 2020, a explosão da juventude e os bloqueios de estradas por assalariados

rurais em greve já marcavam a situação, em meio a uma aguda crise institucional, com parlamentares propondo um plebiscito sobre a convocação de uma Constituinte.

Solução às reivindicações, Constituinte!

O jornal “El Trabajo”, tribuna livre animada pela seção peruana da 4ª Internacional, numa edição extraordinária deste janeiro, explica: “Todo o regime político e as instituições do Estado estão carcomidos pela crise e a corrupção, em consequência de sua submissão às políticas do FMI e Banco Mundial, um assalto do capital estrangeiro ao nosso patrimônio nacional - Petróleo, Minas, Eletricidade, Siderurgia, Portos - bem como as privatizações que afetam a Educação, Saúde Pública, Água potável, a aposentadoria dos trabalhadores com AFP (fundos privados, NdT), a reprivatização da terra para entregá-la à nova oligarquia agrária.

É contra essa situação que se rebelaram milhares de jovens, o proletariado da agro-exportação, os sindicatos que defendem a negociação coletiva, milhares de trabalhadores que lutam pela estabilidade no emprego (...). A partir de suas reivindicações, o povo exige uma Assembleia Constituinte!

Nesse curso a CGTP e a ANP convocaram a mobilização nacional de 14 de janeiro e a Paralisação Nacional Cívica e Popular para

28 de janeiro contra a política de Sagasti (presidente interino, NdT) responsável pelo assassinato dos grevistas agrícolas de VIRU (empresa agro-exportadora, NdT), exigindo solução às reivindicações e que se convoque uma Assembleia Constituinte que ajude a salvar a nação e a sua soberania.”

Correspondente

Saiu a edição 106 da Revista A Verdade

A atual crise mundial não começou com a Covid-19

Com o título “Eles esperavam uma oportunidade...”, as notas editoriais da revista A Verdade 106, órgão teórico da 4ª Internacional, trata da crise em escala internacional. Crise que começou muito antes da pandemia e que a nata dos economistas burgueses - em pânico - já previam pelo menos há mais de uma década. No entanto, o imperialismo utiliza a pandemia para tentar esconder da classe trabalhadora que se prepara a “mais terrível das crises de todo sistema imperialista”, além de servir de pretexto para aprofundar os ataques às conquistas que a classe operária arrancou após a 2ª. Guerra mundial.

Outros artigos, em particular sobre a França, Espanha, Venezuela e EUA tratam da resistência da classe operária e dos explorados.

O leitor ainda poderá conhecer um pouco da história e do combate da 4ª Internacional a partir de outros dois artigos: a conferência de Pierre Lambert em uma atividade de formação para jovens na Espanha; e dos extratos do último artigo de Trotsky, escritos antes de seu assassinato em 20 de agosto de 1940.

A Verdade 106 está à disposição de nossos leitores nos formatos pdf, e-book e para leitura em celular e será vendida ao preço de R\$ 5,00 e solidário acima de \$10,00

A VERDADE
REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL



Miséria cresce no Brasil sem direitos de Bobonara: fila no Rio de Janeiro para o pequeno auxílio emergencial em meio à pandemia

**ELES ESPERAVAM
UMA OPORTUNIDADE...**

**Capital utiliza o coronavírus
como desculpa para avançar
nos ataques contra os
trabalhadores e os povos**

**VENEZUELA: PARA ONDE VAI
O CHAVISMO?**

**HÁ CEM ANOS,
NASCIA PIERRE LAMBERT**



EDIÇÃO
Número 106
DEZEMBRO DE 2020

A VERDADE 106 • DEZEMBRO DE 2020 • REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL

Chile avança na luta pela Constituinte

Candidaturas independentes são inscritas com grande respaldo popular

O governo chileno, com uma popularidade de 3 a 4%, tenta por todos os meios aprovar leis e reformas antes que seja escrita uma nova Constituição, como o Tratado Transpacífico (TPP11).

Setores da “oposição” ligados ao Partido Socialista e Democracia Cristã buscam acordo com o governo com uma proposta que perpetua as AFP (Administradora de Fundos de Pensão, sistema de Previdência privada estabelecida na ditadura militar).

Nos últimos dias foi desencadeada uma violenta ofensiva contra o povo Mapuche, com mortes e violenta detenção de crianças, entre elas a filha do líder que foi assassinado, Camilo Catrillanca, o que provocou uma comoção na opinião pública.

Os presos políticos desde que eclodiu o “estallido”, em outubro de 2019, seguem sendo tratados como delinquentes, muitos estão isolados e sujeitos a medidas carcerárias por fora da lei.

A pandemia ganhou novo impulso e são contrastantes as medidas restritivas aos mais humildes em comparação à “manga larga” dada aos setores mais ricos.

É neste cenário que se abre a campanha para a eleição, em 11 de abril, da Convenção Constitucional, para redigir uma nova Constituição (a atual vem desde a ditadura Pinochet).

Candidaturas independentes

O ano de 2020 terminou com muita incerteza e com o desafio de superar as tramoias impostas pelo governo para impedir a inscrição de candidatos independentes às eleições para a Convenção Constitucional que representem as maiorias e por fora dos atuais partidos políticos, fortemente rechaçados pelas massas que, desde as mobilizações de outubro de 2019, deixaram claro “não são por 30 pesos, mas por 30 anos”, numa referência aos 30 anos de conciliação que preservaram no Chile a política da ditadura Pinochet.

As candidaturas independentes poderiam se apresentar com o patrocínio de um partido ou com listas independentes em cada distrito. Importantes organizações e dirigentes das mobilizações de 2019 optaram pela lista independente. Neste caso, tinham que recolher assinaturas de apoio, via cartórios ou pela internet, mas num sistema muito complicado.

A direita e a oposição apostaram em construir listas com uma figura forte que arrastasse um ou dois candidatos e buscaram atrasar os independentes apoiando-os no discurso, mas na realidade estavam mais interessados

em os deixar de fora.

Com um lento avanço do patrocínio partidário, e chegando ao final do prazo para a inscrição das candidaturas (11 de janeiro), houve um despertar da cidadania que começou a assinar em apoio, e os principais dirigentes conseguiram os requisitos necessários para inscrever-se como independentes.

Luis Mesina, sindicalista bancário e porta-voz da campanha NO+AFP e por uma Previdência Pública e Solidária, se apresentou pelo Distrito 10 e fez campanha no centro de Santiago e algumas comunas, com coleta de assinaturas em feiras, porta a porta, saída de metrô, etc.

Houve grande receptividade das pessoas às candidaturas independentes, mostrando o rechaço aos partidos tradicionais.

Na coleta de assinaturas, foi constatada a referência que há na Coordenação NO+AFP, pelos anos de luta, e em Luis Mesina, como uma liderança honesta e lutadora.

No sábado, dia 9 de janeiro, foi inscrita, no distrito 10, a lista de candidaturas independentes à qual somaram-se outras em diversos distritos, com representantes dos movimentos sociais.

Um marco dentro dos acontecimentos do último período.

Agora é começar a campanha para ganhar

votos e levar à Convenção Constitucional representantes das reivindicações que explodiram nas ruas do país desde 18 de outubro de 2019.

Avançamos, devagar, mas avançamos.

Javier Márquez, de Santiago

“Agora é lei!”: direito ao aborto na Argentina

Entrevista com Dora Martinez (CTA-A) sobre a conquista das mulheres argentinas

Em 30 de dezembro, às 4 horas da manhã, o Senado argentino aprovou por 38 votos a favor, 29 contra e uma abstenção a lei que legaliza o aborto no país. Uma luta de décadas puxada pelas mulheres e que arrastou movimentos populares e sindicais finalmente obteve uma vitória histórica, comemorada por milhares de manifestantes que ficaram em vigília à espera do resultado. Ouvimos a secretária geral adjunta da Central de Trabalhadores da Argentina-Autônoma (CTA-A), Dora Martinez, que participa do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio em nome de sua organização.

O Trabalho: Como você encara a legalização do aborto em seu país?



Dora Martinez

Dora Martinez: É um fato político histórico que reconhece que o aborto legal diz respeito à vida das mulheres, colocando no plano da justiça social evitar mortes de pessoas ao dar-lhes acesso à prática em condições sanitárias e sem serem criminalizadas. É um tema de saúde pública e de

direitos humanos. Significa também acabar com um negócio das clínicas privadas, pois com a legalização o sistema público poderá atender num marco de política sócio sanitária a necessidade da prática, terminando com a hipocrisia de que não havia abortos na Argentina, que sempre existiram, mas agora se darão em condições dignas.

O governo atual (Alberto Fernández, NdT) soube escutar a luta histórica por esse direito e interpretar o movimento diverso, plural da Maré Verde, cumprindo com o que disse na campanha eleitoral.

OT: Como começou e se desenvolveu essa



Manifestantes comemoram a aprovação da lei

luta?

DM: É uma luta que se ancora nas lutas por direitos ao longo dos séculos. Ela esteve presente em toda a luta pela liberação nacional, contra a nefasta ditadura cívico-militar, na recuperação da democracia em 1984, sendo retomada com maior potência com a força militante feminista. Assim se criou a Campanha pelo Direito ao Aborto em 2005 à qual se somaram muitas organizações, gerando mobilizações pela legalização.

OT: Como avalia o papel da mulher trabalhadora nessa luta?

DM: Nós sindicalistas feministas lançamos uma forte ofensiva nos anos 80 e 90 para fazer parte dessa luta tão política. Entendíamos que se tratava de um terreno disputado pelo patriarcado. Nossas instâncias no movimento

sindical, em muitos casos atravessadas pela socialdemocracia europeia de forte influência vaticana à época, tentaram nos invisibilizar, mas não conseguiram! A CTA Autônoma foi fundadora da Campanha de 2005 e integrou em sua agenda a luta pela legalização do aborto desde o seu segundo congresso em 2001.

OT: O que você diria sobre essa conquista democrática para os demais países da América Latina onde o catolicismo é dominante?

DM: Me vem à memória a frase “o impossível demora um pouco, mas chega”. Diria que a longa luta pela nossa liberação ainda não terminou. Ganhamos uma batalha no terreno institucional, se aprovou nas duas casas por deputados e senadores. Agora é preciso controlar para que se cumpra a lei. A direita vai judicializar, pressionar os profissionais da saúde para que não atendam, tentar diluir. E por isso não podemos baixar os braços, exigir que se cumpra, agora é lei! Aqui não termina essa luta, ela foi requalificada para que comece outra etapa e aqui ninguém se rende!



Washington, 06 de janeiro de 2021

EUA: um acontecimento mundial

Invasão do Capitólio revela esgotamento do bipartidarismo

O ataque ao Capitólio, prédio do Congresso estadunidense, em 6 de janeiro, chocou não apenas os EUA, mas o mundo inteiro. Líderes do Partido Democrata - e mesmo do Republicano -, ex-presidentes e lideranças empresariais imediatamente reagiram ao abismo que se abriu sob seus pés: uma grande crise da classe dominante americana. Enquanto os Democratas estão divididos desde as primárias, os Republicanos estão implodindo. Trata-se de uma profunda crise do Bipartidarismo, a forma clássica de dominação política americana em que ambos os partidos são dirigidos por Wall Street e pelas grandes multinacionais. A fenda escancarada durante a eleição de Trump continua a

desgastar os EUA.

Em 2016, Trump foi eleito porque uma fração do eleitorado da massa trabalhadora - que tradicionalmente votava nos democratas nos estados desindustrializados do "cinturão da ferrugem" - votou em Trump procurando expressar uma rejeição a todas as elites de Washington, mas também à liderança da central sindical AFL-CIO, que foi por décadas complacente ao fechamento das fábricas e à perda dos empregos.

Desde 1980, um terço dos empregos industriais desapareceram nos EUA. E só em dezembro de 2020, 140 mil empregos foram perdidos. Este ano foi marcado pelas mobilizações históricas de negros, latinos, jovens brancos com a participação de muitos sindicalistas e seções sindicais. Tais mobilizações combatem o racismo sistêmico, mas também levantam todas as questões da sociedade americana: pobreza, precariedade, desemprego, ausência de Seguridade Social.

A crise do sistema concentra-se nos EUA

Os eventos violentos vistos em Washington são expressão do desgaste de sua dominação em escala global. A crise do sistema imperialista internacional concentra-se nos EUA. O estabelecimento do dólar como moeda global, sua criação maciça pelo FED (banco central), sem relação com a produção de riqueza real

de sua indústria acentuam o caráter parasita do sistema capitalista. Seu déficit comercial continua a aumentar.

Na tentativa de sobreviver, os EUA – sem outra alternativa – ataca os demais países, incluindo a China e a Europa, em uma intensa guerra comercial. Sua crise, ao enfraquecer o comando global do imperialismo, tem repercussões internacionais exacerbando a crise do capitalismo global e o pânico entre os governos. O que gera temor entre governos, já que é o imperialismo dominante e, portanto, a ordem mundial que está em choque; numa situação marcada por uma onda revolucionária em vários países em 2019 e pelo surgimento das mobilizações nos EUA mesmo, em 2020.

Governantes esperam que Biden seja mais compreensivo que Trump. Embora o Democrata seja mais diplomático na forma, as demandas do grande capital dos EUA não lhe dão margem de manobra. Mesmo ganhando a maioria no Senado e na Câmara, ele anunciou querer estabelecer unidade da nação americana, estendendo a mão aos republicanos para defenderem juntos as instituições e interesses da burguesia. E muitos responderam positivamente, porque ambos – além das brigas partidárias – querem defender as Instituições americanas em crise.

O programa de financiamento de gastos

militares para 2021, por exemplo, foi aprovado por democratas e republicanos, a despeito da tentativa de vetos de Trump.

Comentaristas apontam ser indispensável salvar o Partido Republicano para salvar o bipartidarismo. Biden anunciou um pacote de estímulo de vários trilhões de dólares, procurando já envolver os Republicanos.

A crise continuará, com o desemprego e o empobrecimento do povo não sendo resolvidos. Biden já havia anunciado em sua campanha ser contra o sistema público de Saúde Para Todos (Medicare for All) – apoiado por sindicalistas de base e pela “esquerda” do partido e seu representante Sanders. Biden defende, ao invés, a lei Obama no Medicare, que é preservar os planos de saúde privados. As manifestações do Black Lives Matter no ano passado reivindicavam uma “re-fundação” da polícia para combater o racismo sistêmico. Biden já afirmou ser contra.

É neste contexto que a aliança entre negros, latinos, jovens brancos e muitos sindicalistas ganha importância: não apenas para preparar a retomada das mobilizações, mas para construir uma alternativa independente da classe trabalhadora nesta crise do bipartidarismo dominante.

Lucien Gauthier
(Publicado no jornal francês Informations Informations Ouvrières)

DESEMPREGO E POBREZA

Em março passado, a taxa de desemprego dos EUA era 3,6% - o que mascarava a precariedade. Em 2000, 15% dos assalariados eram sindicalizados, tendo contratos coletivos negociados – e, portanto, recebendo 19% a mais que os não sindicalizados. Em 2019, os sindicalizados eram apenas 11,6%. O Índice de Qualidade de Emprego (JQI) caiu 11% entre 2006 e 2019.

A epidemia de Covid gerou nova onda de demissões, levando o desemprego a superar os 15%. Na semana passada, mais de um milhão de trabalhadores pediram Seguro Desemprego, recorde desde agosto. O fim da moratória (aprovada pelo Congresso emergencialmente durante a pandemia) aos aluguéis e hipotecas gerará nova onda de despejos.

BOLSONARO, O SUBMISSO

Bolsonaro declarou total apoio a Trump e suas milícias que invadiram o Capitólio. Sem qualquer prova, afirmou que houve fraude eleitoral contra Trump, o que levaria à “falta de confiança no voto”. E disse que o mesmo pode ocorrer aqui no Brasil com o voto eletrônico (já insinuando que não aceitará perder as eleições de 2022). O chanceler Ernesto Araújo foi mais longe e chamou os invasores do Capitólio de “cidadãos de bem”. Além deles, outros membros da milícia palaciana, como o deputado Eduardo Bolsonaro, que esteve nos EUA alguns dias antes da invasão do Capitólio, em encontro com a filha de Trump, Ivanka, saíram em coro na defesa de Trump e seu séquito.

CAMPANHA FINANCEIRA

Vitória,
100% do
objetivo
foi atingindo!

Com orgulho,
comunicamos que
o combate desen-
volvido pelos mili-
tantes da Corrente
O Trabalho, mais

uma vez, permitiu que realizamos com sucesso
da nossa campanha financeira, com a venda
do Calendário 2021, cujo tema é “Socialismo
ou Barbárie”. No prazo que nos fixamos, con-
seguimos cumprir 100% do nosso objetivo de
arrecadação.

E essa vitória tem um ingrediente especial,
pois foi realizada num período difícil em meio
a pandemia e numa situação política e eco-
nômica que impôs enormes dificuldades à
vida de cada um de nós e grandes restrições
às lutas e mobilizações dos trabalhadores.

Isso só valoriza ainda mais o combate de
todos nossos camaradas para reunir os meios
de manter nossa atividade política regular e
independente, para o que é essencial nossa
sustentação material.

Foi uma inequívoca vitória da seção bra-
sileira da 4ª Internacional. Para nós, uma



demonstração de vitalidade política, fruto dos ensinamentos e expressão de um combate mundial.

Agradecemos aos milhares de companheiros e companheiras que contribuíram conosco e convidamos todos a nos ajudar a seguir adiante no combate para livrar a humanidade empurrada, pelo capitalismo, à barbárie, avançando a luta pelo socialismo.

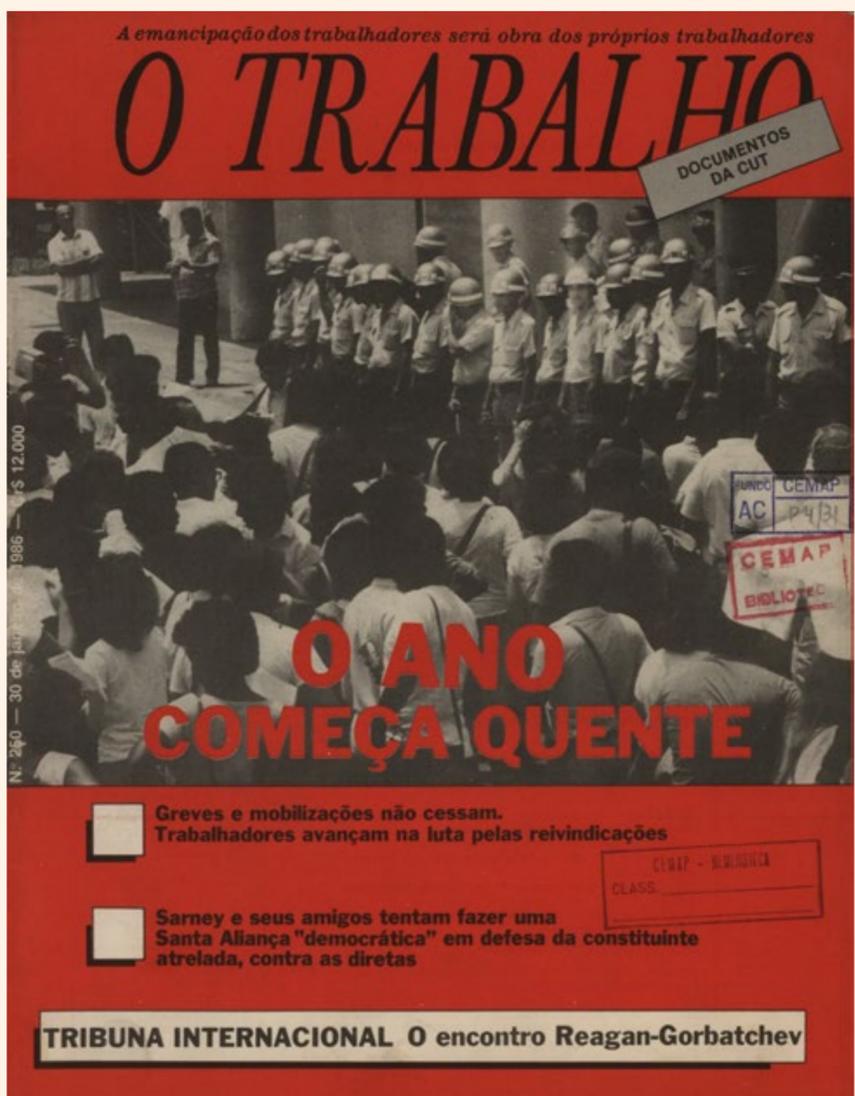
Adquira uma assinatura do nosso jornal, comprando as nossas publicações e, se possível, fazendo uma contribuição financeira mensal, pequena que seja, mas que nos será muito útil.





Novos prefeitos demitem e atacam direitos

As demissões em massa e indiscriminadas de funcionários municipais e o quadro de bancarrota das prefeituras têm marcado a situação nas capitais, após a posse dos novos prefeitos, a 1º de janeiro. Em São Paulo, Jânio Quadros anunciou a demissão de 25 mil servidores (...). Jânio assumiu a prefeitura e de saída atacou o passe de ônibus dos idosos (...). O PT não caiu na



armadilha do voto útil, e agora não tem por que cair em outra armadilha semelhante. A da “frente anti-Jânio”, contra o “fascismo”. Inclusive porque, na hora H, quando houve manifestação diante da Prefeitura, quem apareceu para proteger Jânio foi a polícia de Montoro, com o seu conhecido “cassetete democrático”.

O Trabalho nº 250 – 30/1/1986

O TRABALHO 42 ANOS

A serviço da luta independente
da classe trabalhadora



**ASSINE O JORNAL
O TRABALHO**

R\$ 10/mês

O TRABALHO 